

A minha leitura de Educação como Prática da Liberdade

ALBERTO MELO¹

Resumo

Este artigo é um relato de experiência sobre a relação do autor com a obra de Paulo Freire em Portugal, especialmente a partir da leitura de educação como prática da liberdade. Trata-se de uma gama de situações e experiências do autor enquanto diretor de educação de adultos do governo português após o processo revolucionário de 25 de abril de 1974. Os referenciais freireanos se tornaram uma das influências na elaboração de políticas públicas de educação em Portugal até o presente momento, constituindo-se como fonte inspiradora para a elaboração dessas políticas até o momento presente.

Palavras-chave: Liberdade. Autonomia. Participação.

My reading of Education as a Practice of Freedom

Abstract

This article is an experience report on the author's relationship with the work of Paulo Freire in Portugal, especially from reading education as a practice of freedom. It is a range of situations and experiences of the author as director of adult education of the Portuguese government after the revolutionary process of April 25, 1974. Freirean references became one of the influences in the elaboration of public education policies in Portugal until the present moment, constituting an inspiring source for the elaboration of these policies until the present moment.

Keywords: Freedom. Autonomy. Participation.

Mi lectura de La Educación como Práctica de Libertad

Resumen

Este artículo es un informe de experiencia sobre la relación del autor con el trabajo de Paulo Freire en Portugal, especialmente de la educación en lectura como una práctica de libertad. Es una variedad de situaciones y experiencias del autor como director de educación de adultos del gobierno portugués después del proceso revolucionario del 25 de abril de 1974. Las referencias freireanas se convirtieron en una de las influencias en la elaboración de políticas de educación pública en Portugal hasta el momento presente, constituyendo una fuente inspiradora para la elaboración de estas políticas hasta el momento presente.

Palabras clave: Libertad. Autonomía Participación.

Entre meados das décadas de 1960 e de 1970, na situação de exilado político, trabalhei no âmbito de um organismo internacional (OCDE), em Paris, e, seguidamente, em uma universidade inglesa. Foi aqui que, pela primeira vez, ouvi falar de Paulo Freire e li algumas referências muito admirativas à sua pessoa, aos seus escritos e às suas atividades. Não tive, porém, ocasião de acompanhar mais de perto o seu trabalho nem o impacto que teria tido em Portugal, então “país amordaçado”. Quando regresssei à terra natal após abril de 1974 e tive oportunidade de coordenar, durante uns nove meses, o setor da educação de adultos dentro do Ministério da Educação, foi então possível lançar uma série de iniciativas, ditas de “educação popular”, as quais procuravam reformar radicalmente os conteúdos e, sobretudo, os processos de educação para as pessoas adultas, em uma estratégia de parceria ativa com a sociedade civil organizada. Peritos portugueses, e até suecos, que nos ajudavam a definir e aplicar os novos instrumentos, mencionavam amiúde a ligação estreita entre tais medidas e o pensamento de Paulo Freire. Pessoalmente, devo confessar que procurei, em partilha com as pessoas que me apoiavam, ajudar a construir uma nova educação de adultos para um país em vias de democratização, uma educação feita com os próprios cidadãos e visando à sua gradual autonomia, assente em pensamento crítico e em uma intervenção ativa e consciente. Só uns anos mais tarde, pela mão de um grande amigo – Ettore Gelpi, então responsável pela Unidade de Educação Permanente, na UNESCO –, tive o feliz ensejo de conhecer e de trocar umas palavras com Paulo Freire, primeiro em Paris, em um colóquio da UNESCO, e, mais tarde, em Genebra, na casa de uma filha sua.

Em um período de vida em que não já carrego responsabilidades de coordenação política nesse setor, senti-me mais liberto para me dedicar a algumas leituras de Paulo Freire. Assim, só recentemente li, do princípio ao fim, “Educação como Prática da Liberdade”, livro com mais de 50 anos, graças ao qual vi de certo modo “legitimado” o trabalho que realizei nos domínios de educação e formação de adultos. Trata-se de um ensaio em que Paulo Freire expõe “as linhas mestras da sua visão pedagógica e do seu método de ensino”, nas palavras de Francisco Weffort, que, em um profundo e fundamentado texto de 26 páginas (“Educação e Política”), nos introduz essa obra do mestre. Aqui ficamos a saber que o livro foi escrito depois do golpe de Estado que, em 1964, depôs o governo eleito de Goulart para instalar a violenta ditadura militar que pretendeu, tal como a de Salazar em Portugal, “travar os ventos da História”. É um trabalho escrito nos intervalos das prisões e já concluído no exílio. O “Esclarecimento” preliminar, que o autor nos oferece à guisa de prefácio, tem data da primavera de 1965 e localiza-se já em Santiago do Chile.

Em poucas palavras, o argumento do livro processa-se da seguinte forma. Cada pessoa possui a capacidade (logo, a necessidade) de atingir um nível de autonomia que lhe permita ser “sujeito”, e não “objeto”, da sua própria história. Na linha do pensamento de Baruch Espinoza, Paulo Freire vê nesse processo fundamentalmente uma interação, uma comunicação entre cada pessoa e o mundo, tanto físico como social. Para que isso aconteça e para que as pessoas se tornem cada vez mais pessoas, “subindo” à condição de sujeitos – de cidadãos, diríamos nós agora –, há, antes de tudo, que ultrapassar barreiras, geralmente colocadas por quem pretende conservar privilégios, assentes precisamente no fato de uma grande parte da população mundial não ser efetivamente sujeito da sua vida e da sua história. Não será, contudo, de uma forma automática que todos assumirão essa tarefa, sempre penosa, de responsabilização pessoal, isto é, da conquista dos direitos-deveres de participar ativamente na construção da própria vida e das diferentes comunidades e sociedades em que se inserem. Torna-se, portanto, necessário iniciar/reforçar um processo de intervenção no sentido de sensibilizar todas as pessoas para os “horizontes por descobrir” e de capacitá-las para uma participação informada e confiante nessa descoberta e na transformação dos atuais (curtos) horizontes. É aqui que se torna imprescindível a edu-

cação, mas determinada forma de educação: a que vise à libertação, e não a uma pretensa “educação” direcionada apenas para o conformismo e o ajustamento ao *status quo* existente e dominante.

Paulo Freire começa por sublinhar a necessidade que todos sentimos de “existir” e nos diz que “existir ultrapassa viver, porque é mais do que estar no mundo. É estar nele e com ele [...] Transcender, discernir, dialogar (comunicar e participar) são exclusividades do existir” (1967, p. 40-41). Assim, descobrimos a nossa temporalidade: “atinge o ontem, reconhece o hoje e descobre o amanhã” (1967, p. 41).

[...] a posição normal do homem no mundo [...] não se esgota em mera passividade. [...] Herdando a experiência adquirida, criando e recriando, integrando-se às condições do seu contexto, respondendo aos seus desafios, objetivando-se a si próprio, discernindo, transcendendo, lança-se o homem num domínio que lhe é exclusivo – o da História e o da Cultura (1967, p. 41).

Para o autor, é a integração no seu contexto, mas uma real integração, e não a simples adaptação, acomodação ou ajustamento, que nos enraíza. “A sua grande luta [do ser humano] vem sendo, através dos tempos, a de superar os factores que o fazem acomodado ou ajustado. É a luta pela sua humanização, ameaçada constantemente pela opressão” (1967, p. 42).

Essa opressão assenta sempre na violência, cuja brutalidade ganha formas diferentes, consoante as épocas e as sociedades: algumas vezes com expressão física, outras com um teor mais marcadamente psicológico ou de aparência “cultural”. Escreve Paulo Freire, a esse propósito:

Uma das grandes, se não a maior, tragédias do homem moderno está em que é hoje dominado pela força dos mitos e comandado pela publicidade organizada, ideológica ou não, e por isso vem renunciando cada vez mais, sem o saber, à sua capacidade de decidir. Vem sendo expulso da órbita das decisões. As tarefas do seu tempo não são captadas pelo homem simples, mas a ele apresentadas por uma “elite” que as interpreta e lhas entrega em forma de receita, de prescrição a ser seguida. E, quando julga que se salva, seguindo as prescrições, afoga-se no anonimato nivelador da massificação, sem esperança e sem fé, domesticado e acomodado: já não é sujeito. Rebaixa-se a puro objeto (1967, p. 43).

Paulo Freire escreve na sombra de um regime de violenta opressão, assente no aprisionamento arbitrário, na tortura e no assassinato. Todavia, em sua análise, já ultrapassa essa circunstância, de forma a torná-la aplicável a muitas outras situações opressoras, tal como o totalitarismo suave (pelo menos para as maiorias “conformadas e acomodadas” do hemisfério ocidental) que hoje nos condena à dominação mundial liderada pela finança globalizada.

Em sociedades em transição, rápida e radical, como foi o Brasil nos anos 1960 – e como foi Portugal após 1974, e como são ainda hoje esses dois países –, se o cidadão não tiver, como nos diz esse pensador,

[...] a capacidade [...] de captar criticamente os seus temas, de conhecer para interferir, é levado pelo jogo das próprias mudanças e manipulado pelas já referidas prescrições que lhes são impostas [...]. Percebe apenas que os tempos mudam, mas não percebe a significação dramática da passagem, se bem que a sofra. Está mais imerso que emerso (1967, p. 45).

O choque é dramático quando as necessidades de toda a ordem, que brotam de uma sociedade em transição, exigem uma grande abertura à novidade e à criatividade, mas deparam com a natureza “fechada” da sociedade em questão, que encerra as portas a qualquer sugestão ou iniciativa de mudança, dada a possibilidade de se porem em causa privilégios adquiridos e ciosamente defendidos por alguns ao longo de décadas. Daí a emergência da crise que sempre surge, como observava Antonio Gramsci, “quando morre o velho e o novo hesita em nascer”. Por isso, nas fases de “trânsito”, a educação torna-se uma “tarefa altamente importante” (1967, p. 47), que é incumbência sobremaneira de “pessoas radicais”. Estas tentam sempre convencer, mas nunca esmagar o oponente. Contudo, Paulo Freire observa que no Brasil dos anos 1960, ainda “sociedade fechada”, os brasileiros em geral,

[...] e até as suas elites, vinham descambando para a sectarização e não para soluções radicais. E a sectarização é arrogante, antidialógica e por isso anticomunicativa. É reaccionária, seja assumida por direita [...] ou esquerdista (1967, p. 49-50).

O autor vê no sectário alguém que “se põe diante da história como o seu único fazedor, como seu proprietário” (1967, p. 50-51). Daí que os sectários reduzam o povo à massa.

O povo não conta [...] a não ser como suporte para seus fins. [...] Não pensa. Pensam por ele e é na condição de protegido, de menor de idade, que é visto pelo sectário, que jamais fará uma revolução verdadeiramente libertadora, precisamente porque também não é livre (1967, p. 51).

Quanto ao radical, este “reconhece [...] que não se pode deter nem antecipar [relativamente à História]; pode e deve, como sujeito, com outros sujeitos, ajudar e acelerar as transformações, na medida em que conhece para poder interferir” (1967, p. 51). É óbvio, portanto, que os sectários sempre se opõem a qualquer forma de uma real educação de adultos, até porque consideram as demais pessoas como “menores de idade”, enquanto para os radicais ela será um instrumento essencial para uma transformação libertadora das sociedades. Dado o desinteresse, se não hostilidade, de sucessivos governos portugueses perante uma política pública, integrada e abrangente, para a educação de adultos, não nos custa concluir que a nossa classe política, tanto “direitista como esquerdista”, terá sido majoritariamente composta de sectários do que por radicais. Tanto mais que Paulo Freire nos chama a atenção para o fato de o “[...] senso de responsabilidade de verdadeiros representantes das elites dirigentes” os levar cada vez mais a “[...] se identificarem com o povo, a comunicar-se com ele pelo seu testemunho e pela ação educativa” (1967, p. 53).

Paulo Freire fala do Brasil como uma “sociedade alienada”, considerando que aí

[...] as gerações oscilam entre o otimismo ingênuo e a desesperança. Incapazes de projetos autônomos de vida, buscam nos transplantes inadequados a solução para os problemas do seu contexto. São assim utopicamente idealistas, para depois se fazerem pessimistas e desesperançosas (1967, p. 52).

Também aqui vemos sintomas que aproximam estreitamente essa sua análise da sociedade portuguesa. As elites que pretendem conservar a sociedade fechada e alienada não recorrem à educação do povo para a crítica e a autonomia, mas passam a intervir em uma perspectiva “assistencialista”.

“No assistencialismo não há responsabilidade. Não há decisão. Só há gestos que revelam passividade e ‘domesticação’ do homem” (1967, p. 57). Os verdadeiros representantes políticos, na opinião de Paulo Freire, deverão

[...] ir ao encontro desse povo [...] e ajudá-lo a inserir-se no processo [de transição] criticamente. E esta passagem, absolutamente indispensável à humanização do homem [...] [só poderá ser feita] por uma educação [...] corajosa, propondo ao povo a reflexão sobre si mesmo, sobre o seu tempo, sobre as suas responsabilidades, sobre o seu papel no novo clima cultural da época de transição (1967, p. 57).

É que, sem um processo de educação crítica, em um contexto de responsabilização e participação crescentes,

[...] a consciência transitivo-ingênua, [própria de uma sociedade alienada em transição, em vez de] evoluir para a transitivo-crítica, característica da mentalidade legitimamente democrática, [vai] destorcer-se para [uma] forma rebaixativa, ostensivamente desumanizada, característica da massificação (1967, p. 62).

Referindo-se à experiência democrática do governo Goulart, nos primeiros anos da década de 1960, Paulo Freire apresenta uma análise que assenta quase “como uma luva” no nosso Portugal pós-74.

Importávamos o estado democrático, não apenas quando não tínhamos nenhuma experiência de autogoverno [...] mas também e sobretudo quando não tínhamos ainda condições capazes de oferecer ao “povo” inexperimentado, circunstâncias ou clima para as primeiras experiências verdadeiramente democráticas. Superpúnhamos a uma estrutura economicamente feudal e a uma estrutura social em que o homem vivia vencido, esmagado e “mudo”, uma forma política e social cujos fundamentos exigiam, ao contrário do mutismo, a dialogação, a participação, a responsabilidade política e social (1967, p. 79-80).

Em uma tal conjuntura, teria sido imprescindível encontrar uma resposta (também) no campo da pedagogia

[...] que levasse em consideração o problema do desenvolvimento econômico, o da participação popular neste mesmo desenvolvimento, o da inserção crítica do homem brasileiro no processo de “democratização fundamental” [...] que não descursasse as marcas da nossa inexperiência democrática (1967, p. 85).

Na verdade, como adianta Paulo Freire, “grande parte do povo, emergente mas desorganizado, ingênuo e despreparado, com fortes índices de analfabetismo e semi-analfabetismo, passava a joguete dos irracionalismos” (1967, p. 87-88).

Uma sociedade que vinha e vem sofrendo alterações tão profundas e às vezes até bruscas [...] necessitava de uma reforma urgente e total no seu processo educativo [...]. Necessitávamos de uma educação para a decisão, para a responsabilidade social e política.

[...]

Sentíamos que estava a nossa democracia em aprendizagem [...] que não lhe daria [ao cidadão] a convicção de que participava das mudanças da sua sociedade. Convicção indispensável ao desenvolvimento da democracia.

Duplamente importante se nos apresentava o esforço de reformulação do nosso agir educativo, no sentido da autêntica democracia. Agir educativo que, não esquecendo ou desconhecendo as condições culturais da nossa formação paternalista, vertical, por tudo isso antidemocrática, não esquecesse também e sobretudo as condições novas da atualidade (1967, p. 88-91).

Uma participação cívica real e, em paralelo, um forte investimento em uma educação para todos, crítica e capacitadora (isto é, geradora de empowerment), são os dois pilares de uma estratégia que pretenda gerir positivamente essa transição de uma sociedade pouco desenvolvida, fechada e alienada para uma sociedade em progressão, em abertura e em libertação. Como nos diz Paulo Freire:

Cada vez mais nos convencíamos [...] e estamos convencidos hoje de que, para tal, teria o homem brasileiro [leia-se também “o cidadão e a cidadã em Portugal?”] de ganhar a sua responsabilidade social e política, existindo [vivencian-

do] essa responsabilidade. Participando. Ganhando cada vez maior ingerência nos destinos da escola do seu filho. Nos destinos do sindicato. Da sua empresa [...] na vida do seu bairro, da sua igreja [...] da sua comunidade rural, pela participação atuante em associações, em clubes, em sociedades beneficentes (1967, p. 92).

E acrescenta, em uma sintonia perfeita com a situação portuguesa, “O problema para nós prosseguia e transcendia a superação do analfabetismo e se situava na necessidade de superarmos também a nossa inexperiência democrática” (1967, p. 94).

Recebido em: 08/08/2019

Revisado em: 12/09/2019

Aprovado em: 29/10/2019

Nota

1 Professor da Universidade do Algarve. Diretor da revista “Aprender ao Longo da Vida” e reputado perito em associativismo voluntário e em educação de adultos. Formou-se e lecionou na Inglaterra e na França. Tem extensa colaboração naquelas duas áreas com alguns dos principais organismos nacionais e internacionais: Comissão Europeia, UNESCO, OCDE, Estado português etc. Foi diretor-geral da educação permanente do Ministério da Educação em 1975-76. Foi cofundador da Associação In Loco (Faro/Tavira) e da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local (ANIMAR) e mentor da MANIFesta – Assembleia, Feira e Festa do Desenvolvimento Local e da Cidadania Activa (criada em 1994). É vice-presidente da Association Européenne pour l’Information sur le Développement e membro da Active Citizenship Network, rede associativa europeia que colabora com a Comissão Europeia nos projectos “Rethinking the Subsidiarity Principle” e “The New European Citizens”. E-mail: almelo@sapo.pt

Referências

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Edições Paz e Terra, 1967.